



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DÉBORA MACIEL MARQUES
JULIANA TAVARES DE SOUZA**

**UNIVERSIDADE E INTERVENÇÃO SOCIAL: um estudo sobre o papel social do
UPV-UNIFAP**

Macapá- AP

2013

**DÉBORA MACIEL MARQUES
JULIANA TAVARES DE SOUZA**

**UNIVERSIDADE E INTERVENÇÃO SOCIAL: um estudo sobre o papel social do
UPV-UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Ciências Sociais da Universidade
Federal do Amapá para a obtenção do Título de
Licenciatura e Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

Macapá- AP

2013

**DÉBORA MACIEL MARQUES
JULIANA TAVARES DE SOUZA**

**UNIVERSIDADE E INTERVENÇÃO SOCIAL: um estudo sobre o papel social do
UPV-UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Amapá para a obtenção do Título de Licenciatura e Bacharel em
Ciências Sociais.

Orientador:

Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

Assinatura: _____

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo (UNIFAP)

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. José Manoel de Jesus Pinto (UNIFAP)

Assinatura: _____ Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Anitelli: “Sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”. Hoje, vivemos uma realidade que parece um sonho, mas foi necessário muito esforço, determinação, paciência, perseverança e ousadia para chegar até aqui, e nada disso conseguiríamos sozinhas. Nossa eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Agradecemos primeiramente a Deus, pois sem Ele nada somos e não teríamos chegado até aqui.

Aos nossos pais que colaboram de todas as formas possíveis para a realização deste sonho, sem eles nada disso seria possível, eles foram a peça fundamental para a concretização do nosso trabalho. A vocês expressamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Aos nossos queridos amigos e colegas de curso que demonstraram o verdadeiro valor da amizade, contribuindo com a realização desse sonho, a Erlani Favacho não temos palavras que possam expressar nossa eterna gratidão, aos colegas intelectuais Tadeu Machado e Geovane Tavares que deram sua parcela de contribuição, aos nossos amigos Angleson e Elen Coelho que Deus colocou na última hora no nosso caminho e que não mediram esforços para nos ajudarem, a Kassia Moy e Simone Tavares pela cumplicidade, ajuda e amizade.

Ao professor Raimundo Brito que, com muita paciência e atenção, dedicou do seu valioso tempo para nos orientar em cada passo deste trabalho. Aos professores Manoel Pinto e Luciano Magnus pela contribuição na nossa vida acadêmica e por tanta influência na nossa futura vida profissional.

À professora e coordenadora do curso Raulliete Diana, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

Ao Pró-reitor de Extensões e Ações Comunitárias Steve Wanderson que abriu as portas da coordenação do UPV para a realização da nossa pesquisa, fornecendo todos os documentos necessários .

Aos professores monitores e alunos do UNIFAP pré-vestibular que foram a peça chave da nossa pesquisa, agradecemos por toda ajuda e atenção.

Universidade e Intervenção Social: um estudo sobre o papel social do UPV-UNIFAP

Débora Maciel Marques¹

Juliana Tavares de Souza²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o trabalho desenvolvido pelo UNIFAP Pré-Vestibular (UPV) nos anos de 2010 e 2011, tendo como foco de pesquisa o seu papel social e os seus resultados enquanto projeto de inclusão de alunos com vulnerabilidade econômica e social no Ensino Superior. Analisando a trajetória histórica de exclusão desse segmento da sociedade brasileira, por meio de políticas de Ações Afirmativas e o trabalho de extensão desenvolvido pelas universidades públicas para “reparação” das desigualdades sociais. Para a realização deste artigo recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental, bem como foram realizadas entrevistas estruturadas. Após essa etapa as informações obtidas foram analisadas para responder aos problemas levantados. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que o UPV preenche as lacunas existentes na sociedade do Estado do Amapá, na qual o direito à educação continua sendo um privilégio de uma minoria, deixando à margem dos processos de desenvolvimento intelectual e profissional, uma massa de indivíduos com carência econômica.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Vulnerabilidade econômica social. Acesso ao Ensino Superior.

RESUMÉ

Cet article vise à analyser le travail développé par UNIFAP pré-vestibular pendant les années 2010 et 2011, ayant pour objet de la recherche son rôle social et ses résultats comme projet d'inclusion par des étudiants soumis à la vulnérabilité économique et sociale dans l'enseignement supérieur. En analysant la trajectoire historique d'exclusion dans cette sphère de la société brésilienne, à travers les politiques d'actions affirmatives bien que le travail d'expansion développé par les universités publiques pour la “correction” des différences sociales. Pour la réalisation de cet article fait appel à la recherche bibliographique et documentaire, ainsi que des entrevues structurées ont été menées. Après cette étape, les données recueillies ont été analysées pour répondre aux questions soulevées. Ainsi, nous sommes arrivés à la conclusion que l'UPV comble les lacunes dans la société de l'État d'Amapá, dans lequel le

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, turma de 2008, orientanda do Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, turma de 2008, orientanda do Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito.

droit à l'éducation reste un privilège d'une minorité, laissant de côté les processus de développement intellectuel et professionnel, avec une masse d'individus nécessitant économique.

MONTES-CLÉ: Differences sociales. Vulnerabilidade econômica e social. Accès à l'Enseignement Supérieur.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma extensão territorial continental caracterizado por discrepâncias econômicas regionais com reflexos na divisão de classes. A elite dominante concentra maior parte das riquezas em detrimento da grande maioria da população que vive em situação de pobreza e miserabilidade.

Com relação aos grupos étnicos raciais esta desigualdade reflete o distanciamento entre os brancos - ricos - e os pobres - pardos e negros. Para muitos intelectuais a reversão desse quadro passaria pela ação educacional, na medida em que as políticas educacionais universalistas proporcionariam uma mobilidade social ascendente para os grupos mais desfavorecidos da população, dentre eles os negros. Tese presente nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, que tem como elemento principal uma ação para reduzir as desigualdades sociais, para criar melhores condições de disputas no mercado de trabalho e acesso a maior remuneração.

No entanto, se considerarmos a demanda reprimida do sistema educacional brasileiro nas diversas faixas de escolarização em diferentes níveis e modalidades de ensino, esta argumentação não atende a realidade educacional do Brasil no que diz respeito ao acesso, a permanência e a qualidade de ensino ofertado.

Diante desse cenário, este artigo tem como tema central a relação entre Universidade e Intervenção Social, com destaque para as atividades realizadas pela Extensão. As análises de baseiam no princípio Ensino, Pesquisa e Extensão, tripé que sustenta a Educação Superior. Nesse sentido, a Extensão Universitária configura-se uma ponte que possibilita a interação e integração da comunidade com a sociedade acadêmica.

Assim, o principal objetivo desta pesquisa é o de analisar de que forma está sendo posto em prática o compromisso social do UNIFAP Pré-Vestibular (UPV), posto que este fora criado como uma possibilidade para o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas com vulnerabilidade econômica ao Ensino Superior.

A UNIFAP tem como seu “pupilo” o projeto extensionista Pré-Vestibular para pessoas economicamente carentes, o qual se tornou referencial e reconhecido perante a comunidade. Diante disto, construímos esta pesquisa para responder ao nosso questionamento central: O UNIFAP Pré-Vestibular cumpre o seu papel social? Como e de que forma está trabalhando para atingir seus objetivos? Qual a atuação do UPV enquanto projeto social, e se cumpre os fins ao qual se destina? Quais os pontos positivos e negativos desta trajetória? Quais os posicionamentos dos alunos do cursinho e dos monitores?

Posto isso, é válido mencionar que está pesquisa foi realizada por meio do estudo da trajetória histórica do UPV, e também a partir das expectativas dos atores sociais envolvidos como alunos, ex-alunos, professores, monitores, coordenação pedagógica e administrativa do cursinho pré-vestibular.

Um breve histórico sobre as políticas de inclusão de alunos negros e com vulnerabilidade econômica em universidades públicas no Brasil

Na trajetória histórica da sociedade brasileira constata-se a existência de um processo de hierarquização social baseada em diferenças étnico-raciais, construídas a partir do período colonial escravocrata que perdura até os dias de hoje. Tal fato deixou marcas profundas na sociedade brasileira, refletidas no que concerne à possibilidade de usufruir dos mesmos direitos sociais sem levar em consideração a origem étnico-racial (SKIDMORE, 2012).

Segundo Skidmore (2012) a exclusão da população negra por setores privilegiados da sociedade brasileira continuou mesmo após a abolição da escravatura, pois apesar do negro ter adquirido a liberdade jurídica permaneceu alijado dos processos políticos, econômicos e sociais. Este encontrou dificuldades de se incorporar à nova estrutura político-social do País.

Os ex-escravos foram excluídos da organização social do País, postos forçadamente à margem dos processos de desenvolvimento, com seus direitos sociais negados. Em razão de uma cultura discriminatória enraizada no Brasil, fortalecida pelas políticas públicas tomadas após a abolição. Como exemplo deste processo destaca-se o incentivo a imigração de europeus na tentativa de “clarear” a população brasileira, pois de acordo com pensamento da época um país com povo mestiço e predominantemente negro estava fadado ao atraso e seu desenvolvimento estaria comprometido (SCHWARCZ, 1993).

O imaginário social acerca do negro foi alimentado pelo mito da inferioridade natural, baseado em teorias racistas legitimadas por estudiosos conservadores e disseminadas na

sociedade fundamentando a ideia de que os negros não eram dotados de capacidade intelectual devido às suas características biológicas (SCHWARCZ, 1993). O processo de discriminação racial no Brasil não se instituiu em forma de lei, porém, foi resultado da junção de fatores baseados na distinção de classe, costumes e miscigenação. Para escamotear as desigualdades raciais no Brasil, criou-se a ideologia da democracia racial, que difundia a ideia de existência da confraternização das raças, pela qual todos têm os mesmos direitos (SILVA, 2007).

Ao contrário do que se acredita, no Brasil sobre democracia racial, existe um fenômeno racista que ultrapassou o tempo. Isso quer dizer que contrariamente do que afirma o mito da democracia racial, o Estado brasileiro não foi capaz de promover mecanismos de integração social, econômica e política de sua população negra, o que nos permite dizer que no Brasil a pobreza tem nome e cor: Negra (PROJETO BASE, 2002 p.6).

Diante deste cenário, marcado “à ferro” pela desigualdade racial e econômica, o que se pode pensar sobre o acesso do negro ao Ensino Superior? Podemos afirmar com a certeza de não cometer nenhum equívoco de que o Brasil é um País desigual, e as vítimas mais vulneráveis desta realidade são a população negra, pois

os negros [...] mantêm-se em geral em uma condição social significativamente pior que a da população branca, [...] no que diz respeito à renda os negros são sempre os mais penalizados em termos do acesso aos bens e serviços públicos (JACCOUD E THEODORO, 2005, p. 104)

De acordo com os autores a situação econômica dos negros - incluindo os pardos - em comparação aos brancos revela que os negros são “detentores das piores posições no mercado de trabalho, com rendimentos inferiores à metade daqueles percebidos pelos trabalhadores brancos [...]” (JACCOUD E THEODORO, 2005, p.105). Salientam ainda que por serem mais pobres, estão mais propensos às situações de desemprego e informalidade, com moradias localizadas em áreas carentes de infraestrutura, e sofrem com a inoperância do poder público.

Os autores defendem a ideia de que a reversão para este quadro de exclusão ocorreria por meio de ações educacionais de cunho universalista, as quais promovem a mobilidade social de grupos historicamente desfavorecidos. Mais do que demonstrar as disparidades sociais entre grupos étnico-raciais baseadas apenas em questões de renda e oportunidades, é necessário ressaltar que

[...] as desigualdades raciais no Brasil não são fruto apenas da situação de pobreza à qual historicamente estão submetidos os afrodescendentes, mas,

sobretudo da existência ativa do racismo e da discriminação entre brancos e negros no Brasil, com, também, sua manutenção e reprodução ao longo do tempo (JACCOUD E THEODORO, 2005, p. 111)

Por meio dos contrastes sociais existentes nas condições de vida entre brancos e negros, pode-se visualizar o pano de fundo que está por trás deste fato, ou seja, a desigualdade racial é uma construção social e histórica, subsidiada por uma cultura elitista perversa, que busca manter os privilégios de uma minoria em detrimento de uma massa de indivíduos alijados dos processos que interessam ao País. Entretanto, esta realidade vem passando por mudanças lentas e graduais, sentidas com maior intensidade no âmbito da educação.

Em decorrência da mobilização dos ativismos sociais e especificamente os Movimentos Negros e a necessidade de se discutir políticas que tratem da Educação e difusão do ensino para todos os segmentos da sociedade brasileira, o início do século XXI foi marcado, na cena do debate político, pela emergência da discussão sobre as desigualdades raciais. Tal fato, surgiu pela necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a reversão e compensação do tratamento desigual dos quais os negros foram vítimas. Essas medidas são chamadas de Ações Afirmativas, que são um conjunto de políticas atreladas à ideologia antirracista, que visa oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens sofridas no decorrer da história em virtude do racismo (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005).

Para Jaccoud e Theodoro (2005) as ações afirmativas podem ser entendidas como políticas que buscam garantir oportunidades de acesso aos grupos discriminados, para ampliar sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Todavia, as ações afirmativas não podem ser confundidas como política de cotas, estas são organizadas na forma de ações específicas de qualificação ou de estabelecimento de metas ao longo do tempo para ampliar a presença de grupos excluídos em determinados espaços da vida social. Portanto, as Ações Afirmativas são medidas especiais e com caráter temporário, cujo objetivo é remediar um passado discriminatório, acelerando o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos.

A Lei federal n. 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica. O sistema de cotas para negros que veicula o ingresso desses alunos ao Ensino Superior é um dos tipos de políticas de Ação Afirmativa. Esta adquiriu maior visibilidade no contexto brasileiro, temos como exemplo a

criação de cursinhos pré-vestibulares para negros (SANTOS, 2005; ARENTES; SILVA, 2009).

Ao buscar-se trabalhar com a questão da inserção do negro e também dos vulneráveis economicamente, no que tange ao acesso ao Ensino Superior, destaca-se no Brasil a década de 90 com o surgimento de cursinhos pré-vestibulares populares, engajados na difusão do ideário antirracista e na busca de oportunizar um ensino de qualidade voltado para a inserção destes jovens ao Ensino Superior, como exemplo disto temos o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)³ (SANTOS, 2005).

A partir dessa iniciativa no Rio de Janeiro surgiram, como desdobramento do trabalho do PVNC, diversos cursos espalhados pelo Brasil. Foram criadas outras redes, como Educação e Cidadania para os Afrodescendentes e Carentes (Educafro), que atua nos Estados do Sudeste do Brasil e o Movimento dos Sem Universidade (MSU) que atua em 10 Estados brasileiros: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Tocantins.

No que se refere à participação da universidade pública neste processo de inclusão de aluno historicamente excluído, deve-se ressaltar o papel da Extensão Universitária. Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei n. 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 1961. Estes documentos estão centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. A Extensão tornou-se obrigatória a partir da Reforma Universitária de 1968, Lei n. 5.540, uma vez que passa a abranger todos os estabelecimentos de ensino superior e universidades, com cursos e serviços especiais estendidos à comunidade (CORRÊA, 2007).

Florido (2009) afirma que a história da Extensão Universitária no Brasil inicia sob a influência dos modelos universitários europeus, passando pela atuação dos estudantes e da União Nacional dos Estudantes (UNE) antes e depois da Ditadura Militar de 1964. Os estudantes tinham como foco o compromisso social da universidade, e tomaram para si a bandeira da expansão do conhecimento acumulado nos meios intelectualizados e a responsabilidade quanto à promoção cultural dos brasileiros.

As atividades de Extensão se davam por meio de programas de alfabetização com a utilização do método de Paulo Freire e de difusão da cultura popular, contava com a

³ É uma rede de Pré-Vestibulares populares surgida na baixada fluminense, nos anos 90 que chegou a congregar, no final desta década, quase 90 núcleos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

participação de igrejas e outros movimentos sociais para a execução de seus projetos de extensão.

No entanto, com o Golpe Militar de 1964 e a política intervencionista pós-ditadura ocorre uma mudança quanto à conotação politizada dos projetos de Extensão realizados pelos estudantes. Para Almeida (1991) e Souza (2000) *apud* Florido (2009) as atividades extensionistas antes preocupadas com a politização dos jovens e a expansão da cultura popular se tornaram instrumentos de desmobilização do movimento estudantil e de implantação dos interesses dos órgãos internacionais, com um formato assistencialista que restringia-se à prestação de serviços.

Com o fim da Ditadura e da abertura política na década de 1980, a Extensão tomou um lugar de destaque nos estudos tanto do Ministério da Educação (MEC) quanto de acadêmicos. Foram criadas políticas para a promoção de projetos de Extensão pelo MEC, e neste contexto foi realizado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas em 1987. E por meio da consolidação da nova LDB em 1996, a Educação Superior ganhou novos contornos e com isso a Extensão se tornou elemento fundamental na construção do ensino. Tal assertiva pode ser reconhecida no capítulo IV da LDB de 1996, que trata da Educação Superior, Artigo 43º o seguinte inciso: “*VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição*” (FLORIDO, 2007).

Com a nova normatização da Educação Superior em 1996, a atividade de Extensão passou por um processo de difusão, e com isso diversos projetos foram criados com o objetivo de promover a integração das instituições de ensino com a sociedade: com a promoção de cursos, oficinas, acesso a laboratórios e bibliotecas (VARGAS;FÉLIX;MATOS, 2003).

A partir destas iniciativas de difusão e abertura da Universidade Pública e com base nas políticas afirmativas, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou um trabalho de Extensão, com a criação, em 2002, do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, praticantes dos cultos afro-brasileiros e economicamente carentes. Este tinha por objetivo de promover a inserção de alunos de origem afrodescendente e carentes no Ensino Superior, e foi desenvolvido dentro da instituição, com participação de docentes e discentes.

Conhecendo o UPV- UNIFAP: histórico, objetivos e evolução

De acordo com o Capítulo III, Art. 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 a educação é um direito de todos os cidadãos, porém, é possível perceber que o acesso a este

direito está restrito a minoria da sociedade em decorrência das diferenças de classe e das deficiências do sistema educacional vigente que não têm produzido meios eficazes para incorporar esta parcela de indivíduos.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) responsável pela promoção de políticas de Extensão, com o objetivo de oportunizar o ingresso de alunos carentes no Ensino Superior, elaborou um projeto, em 2002, para a criação do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-Brasileiros e Economicamente Carentes (CPV-Negros)⁴.

O projeto foi elaborado por professores da UNIFAP ligados aos movimentos sociais. Este consistia na criação de estratégias de ação com o objetivo de reduzir o quadro de distorção presente nas relações entre as classes sociais percebidas no contexto amapaense. As estratégias traçadas visavam estabelecer o máximo de paridade entre as classes sociais com a redução dos índices de exclusão social através da proposição do CPV-Negros.

O cursinho foi implantado em 2002 como Projeto de Extensão da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, em parceria com a Federação dos Cultos Afro-Brasileiros do Amapá (FECAB) e o Movimento Afro-Descendente do Amapá (MOCAMBO). Foi um dos vencedores do Concurso Políticas Públicas da Cor na Educação Brasileira, promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de onde obteve financiamento por 02 (dois) anos (2002 e 2003) da Fundação Ford.

O CPV-Negros seria destinado a uma clientela formada por pessoas advindas das áreas urbanas das cidades de Macapá e Santana, comprovadamente carentes e que se identificassem como praticantes dos cultos afro-brasileiros ou de origem negra, e sem haver limitações com relação à idade, gênero, religião ou orientação sexual. Os professores idealizadores traçaram estratégias de ação, com vistas a tentar reduzir o quadro de disparidade social existente no cenário local, percebido em relação às oportunidades de ensino.

Ao iniciar o processo de implantação do cursinho, foram criadas duas turmas, com 50 vagas em cada uma. As aulas ocorriam somente no período noturno, dentro das dependências da UNIFAP. As responsabilidades foram distribuídas à época de sua implantação da seguinte maneira: ao MOCAMBO e à FECAB coube a mobilização do público alvo, ou seja, divulgar e mobilizar os alunos a participarem no processo de seleção para ingressar no cursinho; a UNIFAP, por sua vez, assumiu a responsabilidade pela administração geral do projeto, e o desenvolvimento das atividades de Extensão envolvendo seus docentes e discentes no Cursinho, além de fornecer um endereço eletrônico para professores e alunos e acesso ao

⁴ CPV-Negros: primeira denominação do cursinho, de 2002 a 2011, quando o projeto passou por modificações tornando-se UNIFAP PRÉ-VESTIBULAR (UPV).

acervo da Biblioteca Central para consultas, e também de isentar os alunos da taxa de inscrição do vestibular aos alunos do cursinho.

É válido mencionar que para ingressar no CPV-Negros o candidato deveria ter concluído o ensino médio - ou concluir no ano do curso; comprovar sua carência econômica; ter a maior idade - alunos mais velhos tinham preferência; ter o maior número de filhos e família mais numerosa - irmãos em idade escolar; se auto identificar como negro ou praticante dos cultos afro-brasileiros.

Os métodos de avaliação dos rendimentos dos discentes ocorriam por meio de um processo de identificação dos avanços e dificuldades cognitivas e emocionais enfrentadas por eles. Para a avaliação da situação cognitiva foi planejado a utilização de instrumentos como: produções escritas, individuais e grupais, registros, sínteses, produção de textos, testes objetivos e subjetivos. Quanto à parte emocional, a avaliação realizou-se com base em observações e em entrevistas, feitas pelos professores das disciplinas e pelos professores que compunham a Coordenação e a equipe do projeto. Ocorriam também reuniões periódicas com os professores das disciplinas, encarregados de produzir relatórios com suas considerações sobre o rendimento de seus alunos e propostas para a solução de problemas detectados.

À época de sua criação, o projeto do CPV-Negros estabeleceu como objetivo máximo a qualificação de pessoas economicamente carentes, negros e praticantes dos cultos afros, para o ingresso destas nas Universidades Públicas nos Estados do Pará⁵ e do Amapá: UNIFAP; Universidade Federal do Pará (UFPA); e Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Estabeleceu como meta a ser alcançada a aprovação de 100% dos candidatos envolvidos no projeto.

Além de buscar a aprovação de todos os alunos do Cursinho preparatório, esperava-se que os alunos ao ingressarem nas universidades, tivessem adquirido informações relevantes sobre Direitos Humanos e Identidade Negra Brasileira, na tentativa de desencadear uma prática reflexiva do papel de cidadão de cada um. De forma a contribuir para a produção intelectual nas universidades voltadas para as questões raciais, de classe, gênero, religião e de cultura afro-brasileira.

Próximo de completar uma década de existência o CPV-Negros toma uma nova direção, posto que transformou-se em UNIFAP Pré-Vestibular (UPV) no ano de 2011. De acordo com o Projeto Base desenvolvido pelo Departamento de Extensão, vinculado à Pró-

⁵ A inclusão das Universidades do Pará aconteceu porque o governo do Amapá mantinha uma casa de estudantes amapaenses na capital paraense, e em virtude do programa de bolsas para discentes do Amapá em outros Estados, o qual também era desenvolvido pelo governo local.

Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) da UNIFAP, o novo formato do Cursinho Pré-Vestibular surge como um meio de se expandir e ampliar o trabalho antes desenvolvido com CPV-Negros, na busca de novos horizontes e atender, assim, as novas demandas da sociedade amapaense.

O recorte étnico- racial que serviu de base para a criação e funcionamento do cursinho cedeu espaço para a implantação do UPV, cujo objetivo central da instituição era atingir os municípios mais distantes da capital do Estado do Amapá, aumentar o número de pessoas para o acesso ao ensino superior que apresentavam dificuldades de complementação escolar. Com o término do financiamento do projeto pela Fundação Ford, o Cursinho Pré-Vestibular continuou como parte do quadro de atividades extensionistas, e fora mantido com recursos próprios.

Segundo Steve Wenderson, Pró-Reitor da PROEAC, na visão da instituição o antigo cursinho CPV-Negros “já não cabia mais, pois não podia haver um cursinho pré-vestibular só para negros [...] porque existem pessoas de outras classes e etnias que precisam de conhecimento para serem inseridos na universidade”. Em decorrência disto surgiu o projeto do UPV, com o intuito de implantar um cursinho com nova formatação, e ampliar o acesso para pessoas de todos os segmentos da sociedade amapaense, dentre negros, brancos, índios e pardos, porém, a prioridade era atender aos alunos com vulnerabilidade sócio econômica mais grave.

Com a proposta de ampliação de vagas para todos os segmentos sociais surgiram problemas estruturais relacionados ao baixo número de mão de obra, já que o cursinho contava com 14 monitores oficiais e alguns voluntário, e espaço inadequado para receber o crescente número de alunos que procuravam o cursinho, haja vista que o índice de alunos matriculados saltou de 240 para 300 no ano de transformação do UPV.

Neste contexto de transformações estruturais do projeto, o cursinho foi expandido, e passou a ofertar vagas em outros municípios do Estado do Amapá como Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pedra Branca, Tartarugualzinho, Mazagão. Existe a previsão de que mais localidades sejam contempladas com o projeto, dentre elas listam: Cutias, Itaubal, Santa Luzia, São Joaquim, Bailique, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Em um processo paulatino busca-se atingir todos os municípios do Amapá.

A ampliação e expansão seriam mecanismos que aumentariam as possibilidades de ingresso dos alunos das redes públicas do Estado no Ensino Superior. Desta forma,

promoveria a diminuição dos índices de disparidade refletidas nas oportunidades de acesso a Educação Superior. Com o novo formato do cursinho buscava-se

ampliar as condições de acesso à educação superior para afrodescendentes, indígenas e pessoas economicamente carentes contribuindo para a promoção da equidade e da diversidade em âmbito social proporcionando formação complementar adequada para o cumprimento dos dispositivos constitucionais de que a Educação Básica deve contribuir para o exercício da cidadania e preparação para o mercado de trabalho. (PROJETO BASE, 2011, p.7)

O documento mencionado acima também estabeleceu metas com relação aos índices de aprovação que deveriam ser alcançados, pois nos anos em que funcionava o antigo CPV/Negros foi registrado que

a taxa de aprovação se manteve sempre entre 20 a 25% de índice de alunos que prosseguiram os estudos em nível superior o que significa que o projeto se encontrava acima da média nacional que é de 12% em cursinhos com a mesma proposta temática (PROJETO BASE, 2011, p.4)

Com a nova formatação do UPV, deveriam ser ampliadas e superadas as taxas de aprovação dos anos anteriores. Almejava-se superar em 20% o índice geral de acesso ao Ensino Superior em comparação ao ano anterior, ou seja, passar de 29% para 35% o índice geral de acesso, e aumentar em 40% o índice geral de aprovados no Processo Seletivo da UNIFAP em comparação ao ano anterior (2010), passando de 33 alunos aprovados para 47 alunos aprovados.

A estrutura do cursinho sofreu alterações devido a este processo de expansão, e isto gerou o aumento de funções dentro do quadro de pessoas que desenvolviam funções dentro do cursinho. Para atender as demandas de alunos, criou-se uma nova estrutura organizacional, com maior número de profissionais, distribuídos em Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Secretário (a) Geral, Secretário (a) Adjunto, Gerente Operacional, Monitores, Auxiliar Pedagógico, Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Conservação.

A metodologia empregada pelo UPV baseava-se nas metas estabelecidas pelo Projeto Base, que regulamentava a seleção do corpo docente – monitoria – por meio de avaliação didática, desenvolvida por uma banca examinadora, a distribuição das disciplinas, a verificação do aprendizado dos alunos com avaliação periódica e o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico.

Segundo o relatório do ano de 2010, foram matriculados 240 alunos no UPV, distribuídos em quatro turmas no período noturno. Destes alunos 41 foram aprovados no processo seletivo de 2011 da UNIFAP. No ano seguinte, dos 300 alunos matriculados, foram aprovados 25 alunos do Campus Marco Zero.

Através destes dados é possível verificar que a evolução do Cursinho se deu a partir de seu projeto de expansão para os outros municípios do Estado do Amapá e ampliação de vagas em pólos na cidade de Macapá, apesar das dificuldades de construção de espaços próprios para a realização das aulas. O horizonte foi ampliado, e o que se busca é a consolidação dos objetivos através da abertura de mais vagas e a conquista de aprovações, considerando que estas metas serão construídas em longo prazo, tendo em vista as deficiências do ensino público e as limitações enfrentadas nesta trajetória.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a construção deste artigo realizamos uma pesquisa qualitativa, dividida em três etapas: a primeira consistiu na análise bibliográfica, após a seleção das fontes bibliográficas, artigos, dissertações e teses sobre temas afins, como Desigualdade Racial, Políticas de Ações Afirmativas, Conceito e desenvolvimento da Extensão Universitária. A segunda consistiu na pesquisa documental realizada na própria Universidade Federal do Amapá, especificamente na PROEAC, que nos forneceu cópias dos relatórios, relação de alunos matriculados e aprovados nos processos seletivos dos anos 2011 e 2012. A terceira etapa se deu com a realização e análise das entrevistas aplicadas a 20 alunos do UPV, dentre eles alunos dos anos de 2010 e 2011(10 alunos do ano de 2010 e 10 de 2011), monitores (seis monitores, sendo três de 2010 e três de 2011), equipe técnica (dois membros) e Coordenador Geral.

A seleção dos entrevistados ocorreu através da lista fornecida pela Coordenação do UPV, pela qual analisamos o número de aprovados nos processos seletivos de 2011 e 2012. As escolhas ocorreram de forma aleatórias, sem preferência por curso ou colocação no vestibular. Os monitores entrevistados foram selecionados de acordo com o ano em que lecionaram no cursinho. Para cada grupo de entrevistados foi elaborado um roteiro com 10 perguntas específicas, sem tempo pré-determinado para responder.

As entrevistas ocorreram durante duas semanas, dentro da UNIFAP. Entramos em contato com os monitores, alunos aprovados e ex-alunos que não conseguiram aprovação. Os encontros aconteceram na Biblioteca Central da instituição. A equipe técnica e o Coordenador

Geral foram entrevistados na Pró- Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, no período de dois dias consecutivos.

Expectativas dos atores sociais quanto ao aspecto didático pedagógico, relação ensino aprendizagem e organização administrativa do UPV

Quanto ao desempenho das atividades de ensino do cursinho, constatou-se a falta de um espaço próprio, com instalações inadequadas para a realização das aulas, esta foi a principal reclamação dos monitores entrevistados. Fato que concorria para o deslocamento diário dos alunos nas dependências do Campus Marco Zero. A esse respeito salientou o Monitor A:

O projeto do cursinho é uma iniciativa muito interessante, porque possibilita a pessoas sem condições financeiras de se prepararem para um vestibular concorrido como é o da UNIFAP. Mas ainda é preciso melhorar a infraestrutura do cursinho, pois não é fácil chegar pra dar aula num bloco, e depois ter que se locomover pra outro, sendo que as turmas iam atrás. Isso era um pouco bagunçado, mas é um problema que pode ser resolvido, e não tira o mérito do projeto.

Observamos a unanimidade nos depoimentos dos monitores em afirmar que o cursinho serviu como um laboratório para a prática docente, pois possibilitou a interação entre alunos e professores-monitores, como também os preparou para o universo das salas de aula, conforme relata o Monitor B:

sem dúvida através do cursinho pude aprender muitas coisas sobre como dar aula, experiência que não se adquire somente no curso da graduação. As aulas do cursinho são diferentes das aulas do ensino regular, são dinâmicas, rápidas, e isso exige mais preparo de nossa parte. Percebi que para se fazer um bom trabalho é necessário compreender que os nossos alunos tinham muitas dificuldades, principalmente, porque não tiveram um bom desempenho durante o ensino básico. Isso nos trouxe muitas dificuldades, pois sentíamos que isso prejudicaria o desempenho durante as provas do vestibular, mas muitos alunos diziam que se esforçariam ao máximo para alcançar a aprovação.

Neste estudo observou-se as deficiências do Ensino Médio dos alunos egressos da rede pública de ensino, fato que colide com os dispositivos da Constituição Federal de 1988⁶ e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). As deficiências foram apontadas como um dos maiores entraves para as aprovações nos processos seletivos nas Instituições de Ensino Superior (IES), visto que os vestibulandos do UPV saíam despreparados do Ensino Médio, sem deter conhecimentos básicos de Língua Portuguesa, Matemática, História dentre outras disciplinas. Isso fica explícito na fala do Monitor C:

É difícil você preparar um plano de aula com assuntos avançados, e perceber ao chegar na sala de aula que os alunos não estão entendendo porque não “tiveram” este assunto na escola. Por causa destas coisas não conseguíamos evoluir em alguns pontos durante as aulas, e os alunos também desistem de tentar aprender.

Diante dessas dificuldades os professores-monitores concordam em um determinado ponto: por meio do UPV a Universidade pôde abrir as portas para pessoas que jamais pensariam em frequentar e estudar em uma universidade pública, e mais do que isso, os vestibulandos puderam participar e interagir com os acadêmicos, desmistificando a ideia de que a universidade é um lugar inacessível para muitos, reservada apenas aos mais abastados:

O cursinho possibilitou a abertura das portas da UNIFAP para pessoas que nunca tinham entrado aqui, pode não significar nada para alguns, mas para um percentual de pessoas que nunca sentaram numa cadeira da universidade, isto possui um simbolismo, pois incentiva o vestibulando a persistir nos estudos, e conseguir a aprovação para voltar no outro ano não mais como aluno do cursinho e sim acadêmico (MONITOR D).

Nesta perspectiva o UPV, segundo o aluno, cumpre uma de suas funções que é promover o acesso à universidade, pois ela incentiva a motivação dos vestibulandos:

Eu não conhecia a UNIFAP, achava que nem podia entrar aqui, mas gostei muito de ter estudado no cursinho, me ajudou a passar no vestibular. Não teria condições de pagar um cursinho particular durante o ano todo, não trabalho, meu sonho era estudar e entrar na faculdade. Estudei dois anos no CPV, e felizmente passei para Enfermagem. Tenho certeza que outros como eu, de baixa renda, gostariam de ter a oportunidade de se prepararem para o vestibular, porque não é fácil concorrer com gente que só vive pra estudar, e sempre teve um bom ensino nas escolas particulares. Não desmereço o

⁶ Nos Capítulos 205 a 214 da CF/88.

ensino público, mas ele não é eficiente como se espera, gostaria que o cursinho abrisse mais vagas, tem muita gente que fica de fora, na lista de espera (ALUNO A).

O número de vagas oferecidas pelo cursinho é insuficiente para atender à demanda de estudantes que procuram a instituição para se matricularem. A falta de espaço próprio é considerada uma barreira para a inclusão destes jovens no projeto, de acordo com um ex-aluno do cursinho:

fiquei na lista de espera, felizmente fui chamado pra estudar, mas senti que o cursinho não estava preparado pra receber muitos alunos. Não consegui passar no vestibular, parei para trabalhar, penso em voltar, mas não é fácil conciliar trabalho e estudo. Muitos colegas abandonavam o cursinho por isso, não é apenas responsabilidade do cursinho conseguir a nossa aprovação, temos nossas vidas, e a situação financeira influencia na hora de escolher entre prosseguir nos estudos ou trabalhar (EX- ALUNO).

As dificuldades e desafios a serem superados pelo cursinho são apontados por Steve Wanderson (Coordenador Geral do UPV) ao afirmar que:

temos dificuldade em encontrar monitores comprometidos com o trabalho do UPV, pessoas que tenham perfil de professor e que gostem de dar aula [...] dedicadas, responsáveis, que cumpram seus horários [...] Para se expandir o cursinho o problema não é dinheiro, mas sim comprometimento daqueles que compõem o corpo docente [...] Diante destas dificuldades, a universidade hoje vai investir forte aqui na capital, com a construção de um prédio com nove salas, no qual vamos atender um numero bem maior de alunos que tenham deficiência financeira e que não podem pagar um cursinho [...] vamos colocar dois turnos, manha e noite, para atender 500 alunos em cada um, ou seja, passaremos de 240 para 1000 alunos na capital.

O cenário descrito mostra a necessidade de Ações Afirmativas a serem promovidas pela UNIFAP, cujo destinatário seja o discente em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas por esta IFES, para garantir desta forma, o acesso, a permanência e uma excelente oferta de qualidade de ensino. Entendemos que estas Ações Afirmativas devam garantir aos discentes meios de locomoção, alimentação, aquisição de material didático e acessibilidade aos portadores de necessidades educacionais especiais para garantir a inclusão de portadores de deficiências, negros e os com vulnerabilidade econômica ao Ensino Superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário analisado e com base nos dados coletados, concluímos que apesar das deficiências estruturais enfrentadas pelo UPV, com relação a um corpo docente capacitado e estrutura física adequada e das dificuldades para implantar seu projeto de expansão para os outros municípios, bem como ampliação de vagas para Macapá, o projeto tem realizado um trabalho social com resultados positivos, tendo em vista que a cada ano cerca de 20% a 30% de alunos matriculados são aprovados, mesmo enfrentando os índices de evasão no decorrer do cursinho preparatório.

Neste painel de problemas detectados estão: a diminuição do número de aprovados no processo seletivo de 2012 em virtude do processo reestruturação do cursinho em 2011, o deslocamento de monitores dos polos Marco Zero para outros municípios, o que acarretou a sobrecarga dos monitores e déficit de professores monitores na capital.

Os índices de aprovação podem parecer simplórios em comparação aos números de aprovação das entidades privadas, porém, o que se busca com a sua reestruturação é aumentar estes números por meio das melhorias que vêm sendo aplicadas pela instituição, visando selecionar mais monitores, ofertar mais vagas e, principalmente, oferecer um ensino de qualidade para os vestibulandos.

O UPV possui uma trajetória com mais de uma década de trabalho realizado com alunos de baixa renda, seu papel social não se resume apenas a resultados quantitativos - apesar de buscar o maior número de aprovados possível. O que se pretende é incorporar os sujeitos que apresentem deficiência financeira ao processo de ensino, oportunizar o acesso aos meios de preparação para enfrentar a concorrência nos vestibulares, e mostrar que existe um horizonte de possibilidades através da educação.

As aprovações constituem o objetivo maior do projeto, porém o trabalho social não se esgota apenas neste ponto, é necessário elevar a autoestima dos vestibulandos para que ao ingressarem na universidade não se sintam inferiorizados por pertencerem a classes de baixa renda e por serem oriundos de um projeto social, fato que carrega uma conotação negativa aos olhos de setores preconceituosos da sociedade.

Nossa pesquisa não encerra com a discussão sobre o trabalho social do UPV, pelo contrário, representa o início de trabalhos a serem elaborados para contribuir no entendimento da função da Universidade Pública enquanto instituição com responsabilidade social, pois permite o acesso aos meios acadêmicos através das atividades de extensão. Logo, o trabalho social do UPV existe para preencher as lacunas existentes na sociedade amapaense, na qual o

direito à educação continua sendo um privilégio de uma minoria, deixando à margem dos processos de desenvolvimento intelectual e profissional, uma massa de indivíduos com carência econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Adlene Silva; SILVA, Fabiana Cristina da. História e Cultura Africana e Afro-brasileira: repercussão da Lei 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE. In: Aguiar, Marcia Ângela da S. (org.). **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

CORRÊA, Edison José. Extensão Universitária: organização e sistematização. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

FLORIDO, Caroline Maria. **A História da Extensão Universitária na Faculdade de Educação da UNICAMP: resistência institucional ou recorte social?** 2009.

HENRIQUE, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **As ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, 2005, p. 211- 227.

MAGGIE, Yvonne. **Os novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Desigualdade (financiamento Pronex/MCT) e Núcleo da Cor (Fundação Ford), ambos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2001.

PROJETO. **Curso pré-vestibular para negros, praticantes de cultos afrobrasileiros e pessoas economicamente carentes**. UNIFAP, 2002.

PROJETO. **UNIFAP Pré Vestibular projeto base**. UNIFAP, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. A difusão do ideário antirracista nos pré vestibulares para negros e carentes. In: Santos, Sales Augusto dos (org.). **As ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, 2005 ,p. 229-249.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei n. 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: científicos, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas da. **Identidade racial e sistemas de cotas: um estudo psicossocial com alunos negros na Universidade Federal de Alagoas**. Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2007, p. 105.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **As ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, 2005, p. 103- 119.

VARGAS, Gétulio; FELIX, Graciely cachoeira; MATOS, Marilú Luiza. **Análise da evolução da extensão da universidade federal de Santa Catarina no período de 1997 a 2003**. 2003.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Acadêmicas: Débora Maciel Marques

Juliana Tavares de Souza

Orientador: Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

Prezado (a) entrevistado (a)

Este questionário faz parte da pesquisa de graduação sobre o cursinho UNIFAP Pré-Vestibular. Roteiro de entrevistas a ser aplicada ao coordenador do cursinho Pré-Vestibular UNIFAP.

1- Na sua concepção quais os obstáculos para o acesso ao Ensino Superior?

2- O que a UNIFAP fez diante desses obstáculos?

3- Qual a origem/ o que levou a UNIFAP a criar o cursinho? Quais as etapas percorridas desde a origem até o momento atual?

4- Quais os critérios para o ingresso do candidato no cursinho pré- vestibular da UNIFAP?

5- Em sua opinião o cursinho pré- vestibular alcança o objetivo a que se propõe?

6- Na sua compreensão pelo fato dos alunos estudarem no campus Marco Zero influencia na sua aprendizagem?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Acadêmicas: Débora Maciel Marques

Juliana Tavares de Souza

Orientador: Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

Prezado (a) entrevistado (a)

Este questionário faz parte da pesquisa de graduação sobre o cursinho UNIFAP Pré-Vestibular. Roteiro de entrevistas a ser aplicada aos alunos cursinho Pré-Vestibular UNIFAP.

1. Como você avalia o cursinho Pré-Vestibular da UNIFAP para o seu ingresso no ensino superior?

2. O cursinho Pré-Vestibular ajudou você a superar as desigualdades sociais?

3. Você conhece o projeto do cursinho Pré-Vestibular?

4. Como você avalia o UPV?

5. Na sua concepção o UPV esta cumprindo seu papel, de acordo com seu projeto?

6. O espaço utilizado pelo cursinho pré-vestibular é suficiente para que o projeto ocorra com responsabilidade, seriedade e máximo aproveitamento?

7. Como você avalia o professor monitor, sendo que eles ainda são acadêmicos da UNIFAP?

8. Como você avalia a coordenação do curso?

9. Como você avalia o espaço oferecido pela UNIFAP para ministração das aulas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Acadêmicas: Débora Maciel Marques

Juliana Tavares de Souza

Orientador: Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

Prezado (a) entrevistado (a)

Este questionário faz parte da pesquisa de graduação sobre o cursinho UNIFAP Pré-Vestibular. Roteiro de entrevistas a ser aplicada aos professores monitores do cursinho Pré-Vestibular UNIFAP.

1. Como você avalia a postura do cursinho Pré- Vestibular da UNIFAP como forma de alcance de ingresso no Ensino Superior?

2. Na sua concepção o UNIFAP Pré-Vestibular tem levado indivíduos com vulnerabilidade econômica a superarem dificuldades de desigualdade social?

3. Como você avalia o projeto UNIFAP Pré-Vestibular?

4. Qual a percepção que você tem da grande maioria dos alunos que procuram o cursinho?

5. Você acredita que o cursinho está cumprindo seu papel, de acordo com seu projeto?

6. Você conhece o projeto do cursinho Pré-Vestibular?

7. Você acredita que a universidade tem por função ofertar este tipo de projeto para a sociedade?

8. O espaço utilizado pelo cursinho na universidade é suficiente para que o projeto ocorra com responsabilidade, seriedade e máximo aproveitamento?

9. O espaço universitário contribui de alguma forma para a preparação dos alunos?

10. Você percebe que os alunos sentem-se à vontade dentro da universidade, mesmo não sendo considerados universitários?
